



Comunidade de
Aprendizagem

**Este material foi elaborado
pelos concluintes da
certificação de formadores em
Comunidade de Aprendizagem
realizado em 2015.**

**TEMA: MODELO
DIALÓGICO DE
PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO
DE CONFLITOS**



Comunidade de
Aprendizagem

Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos – Um desafio para formadores brasileiros de Comunidade de Aprendizagem

Carolina Ribeiro Duarte

Consultora associada da Avante – Educação e Mobilização Social, responsável pela implementação do Projeto Comunidade de Aprendizagem nas escolas do Nordeste (Brasil). Mais informações sobre a Avante poderão ser encontradas no site www.avante.org.br

Resumo

O Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos é uma das 7 Atuações Educativas de Êxito, componentes do projeto Comunidade de Aprendizagem. Esse trabalho é resultado do processo de certificação de formadores em Comunidade de Aprendizagem realizado pelo Instituto Natura, com apoio do NIASE (Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa da Universidade Federal de São Carlos) e do CREA (Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades da Universidade de Barcelona). Foi realizado utilizando como metodologia a revisão de literatura. Busca ampliar o conhecimento sobre o tema e com isso estimular a adoção desse modelo de resolução de conflitos nas escolas brasileiras.

OBJETIVO

PALAVRAS-CHAVE:

conflito; modelo dialógico de resolução de conflitos; comunidade de aprendizagem.

Ampliar o conhecimento sobre o Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos e, com isso, estimular a adoção dessa Atuação Educativa de Êxito nas escolas brasileiras que passam pelo processo de transformação em Comunidade de Aprendizagem, garantindo assim um espaço democrático e dialógico de construção de regras, prevenção e resolução de conflitos.

Introdução

O Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos é uma das 7 Atuações Educativas de Êxito¹, componentes do Comunidade de Aprendizagem, que é um projeto que busca a transformação social e educacional a partir da melhoria da aprendizagem instrumental e da convivência entre todos da comunidade escolar. Caracteriza-se por um modelo preventivo que envolve toda a comunidade e escolas na elaboração das pautas e das normas de convivência.

As outras Atuações Educativas de Êxito do Projeto Comunidade de Aprendizagem são: o Grupo Interativo, a Tertúlia Dialógica, a Participação Educativa da Comunidade, a Formação Pedagógica Dialógica, a Biblioteca Tutorada e a Formação de Familiares.

Essa atuação consiste numa ferramenta para resolver conflitos e é baseada no diálogo.

Para Paulo Freire, um dos teóricos de base do Projeto Comunidade de Aprendizagem, o diálogo não é apenas um método, mas uma estratégia para respeitar o saber do estudante que chega à escola. Em se tratando do Comunidade de Aprendizagem, podemos ampliar esse entendimento para: respeitar o saber de todos os atores que compõem o processo educacional na escola, como familiares, funcionários, estudantes, alunos e comunidade.

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p.42).

Atuações Educativas de Êxito são práticas pesquisadas e validadas pela Comunidade Científica Internacional e que efetivamente aumentam o desempenho acadêmico e melhoram a convivência e as atitudes solidárias em todas as escolas observadas.

O presente trabalho, que é produto da certificação de formadores em Comunidades de Aprendizagem — promovido pelo Instituto

Natura com apoio do NIASE (Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa da Universidade Federal de São Carlos) e do CREA (Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades da Universidade de Barcelona) —, tem por objetivo esclarecer e ampliar o conhecimento acerca dessa Atuação Educativa de Êxito e, com isso, estimular sua adoção nas escolas brasileiras que vem passando pelo processo de transformação em Comunidade de Aprendizagem.

METODOLOGIA

Foi realizada uma breve revisão de literatura com o intuito de buscar informações que sustentassem e justificassem a escolha do Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos como eficaz para as escolas brasileiras. Essa revisão teve por base o referencial teórico do projeto Comunidade de Aprendizagem (publicações científicas e livros) assim como outras fontes que pudessem enriquecer esse trabalho.

RESULTADOS

Foi observado que a maior parte da literatura sobre o tema não foi produzida no Brasil, e sim na Espanha. Isso se deve à grande disseminação do projeto Comunidade de Aprendizagem no referido país. Há aproximadamente três décadas o CREA estimula, apoia e documenta o processo de implementação do projeto no país. Assim, o presente paper foi escrito tendo por base referências sobretudo de fontes espanholas.

O MODELO DIALÓGICO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Para compreender melhor como funciona essa Atuação Educativa de Êxito, vamos explorar seus conceitos.

Dialógico

Define-se por dialógico tudo aquilo que pretende provocar discussão, debate, diálogo.

No projeto Comunidade de Aprendizagem muito se fala sobre a Aprendizagem Dialógica². Acredita-se que a aprendizagem é potencializada nos contextos onde o diálogo, o debate e a discussão se fazem presentes. Nela prioriza-se a criação de atividades onde exista diálogo entre pessoas muito distintas buscando o entendimento com base nos melhores argumentos apresentados, e não nas relações de poder:

Para Paulo Freire (apud Adriana Aubert; Ramón Flecha, Carme García, Ainhoa Flecha, Sandra Racionero, 2010),

A comunicação é fator de vida, de mais vida. Continuamente estamos em diálogo com o mundo, com os outros, e nesse processo, nos criamos e recriamos. Dessa forma, a dialogicidade não pode ser reduzida a um simples método ou estratégia educativa, já que é uma exigência da natureza humana. (p. 124)

Num ambiente dialógico de ensino são feitas perguntas que de fato levam à aprendizagem. Não existe medo de perguntar, de ter dúvidas ou de expressar a opinião. As pessoas aprendem mais e melhor; pois se sentem participantes ativos do processo. Constroem o conhecimento a partir de relações e intervenções comunicativas.

Conflito

Aprendizagem Dialógica prioriza as interações com maior presença de diálogos entre pessoas que sejam o mais diversas possível. Nesse tipo de aprendizagem, se busca o entendimento de todos e a valorização das intervenções em função da validade dos argumentos dados e não pelo poder que quem argumentou tem.

O conflito surgiu junto com a humanidade. Faz parte da natureza humana e do processo de desenvolvimento de qualquer pessoa, grupo ou organização social. Logicamente, as escolas não estão isentas de conflitos.

Para Capllonch Bujosa, Figueras Comas e Lleixà Arribas (2014),

“o conflito e sua gestão são questões que sempre geraram

preocupação no âmbito educativo, e se converteu em um tema-chave desde meados do século XX". (p. 149)

Um conflito pode ser definido como uma oposição de ideias, sentimentos e/ou interesses que levam as pessoas ao desentendimento, à disputa, à luta ou à desordem. Ao

conflito associam-se comportamentos e sentimentos negativos e prejudiciais para as pessoas envolvidas. (NASCIMENTO & SAYED, 2002)

Torrego (2006), citado por Capllonch Bujosa, Figueras Comas e Lleixà Arribas (2014), numa proposta de identificação dos conflitos mais comuns no ambiente escolar; cita: a violência psicológica, física e estrutural, as brigas em aulas, o vandalismo, a indisciplina, o bullying, o assédio sexual, o absenteísmo, o abandono e os problemas derivados da falta de segurança nas escolas.

MODELOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Existem muitas formas de lidar com conflitos no âmbito escolar. Para Aubert, Duque, Fisas e Valls (apud Capllonch Bujosa, Figueras Comas, Lleixà Arribas [2014]), os três principais modelos adotados nas escolas são o disciplinar, o mediador e o comunitário ou dialógico.

Modelo Disciplinar

Esse modelo de resolução e prevenção de conflitos é baseado em hierarquias. Usualmente, as normas e as regras da escola são construídas pelas pessoas com mais poder; ou seja, gestores e professores. Também cabe a essas autoridades manter a convivência harmônica e a disciplina. Os estudantes e os outros integrantes da comunidade escolar não opinam sobre as regras. Todos devem cumpri-las e o desrespeito a essas normas normalmente traz como consequências punições.

No modelo disciplinar, tradicionalmente mais utilizado, a autoridade institucional estabelece um conjunto de regras e sanções para que

o alunado “conflituoso” mude seu comportamento e se adapte à hierarquia e ao tipo de funcionamento estabelecido. (AUBERT; DUQUE; FISAS e VALLS, 2004 apud CAPLLONCH BUJOSA; FIGUERAS COMAS; LLEIXÀ ARRIBAS, 2014)

No caso específico das escolas brasileiras, essas sanções vão desde uma advertência até a suspensão das aulas por alguns dias. Em casos mais extremos, o estudante pode ser expulso da escola ou encaminhado para programas alternativos.

É importante ressaltar que apesar desse modelo ser usualmente o mais adotado nas escolas do Brasil, nem sempre seus resultados são os melhores. Primeiro, na sociedade atual, as hierarquias são continuamente questionadas. Quando os estudantes têm que seguir regras que não fazem sentido para eles, quebrá-las é muito frequente.

Em segundo lugar, esse modelo, baseado em punições, evidencia o negativo e, com isso, expõe aqueles que infringem as regras. Isso acaba por vezes promovendo a rotulação dos alunos. Além disso, quando um estudante é afastado das aulas, pode haver um impacto em seu rendimento escolar.

Mesmo sendo amplamente adotado no Brasil, o modelo disciplinar não tem conseguido dirimir os conflitos nas instituições de ensino.

Modelo Mediador

Considera-se o modelo mediador como um avanço em relação ao modelo disciplinar, uma vez que busca encontrar alternativas conciliadoras e não apenas punitivas frente aos conflitos.

Esse modelo tem como característica a presença de uma pessoa especialista em mediação de conflitos no ambiente escolar. A partir das normas já existentes na escola, que também são, em sua maioria, definidas hierarquicamente, busca formas de intervir em situações onde as mesmas sejam infringidas.

O modelo mediador (...) se baseia na intervenção de uma pessoa

especialista em mediar conflitos. Todavia, para alguns autores, este modelo não soluciona a necessidade de que haja um especialista a todo momento para mediar e oferecer respostas dentro de uma normativa determinada. (FLECHA & GARCÍA YESTE, 2007 apud CAPLLONCH BUJOSA, FIGUERAS COMAS, LLEIXÀ ARRIBAS, 2014)

Percebe-se que, apesar desse modelo representar um avanço em relação ao modelo disciplinar, ele apresenta algumas limitações.

Nessa forma de mediação não há a prevenção dos conflitos, mas sim trabalha-se para mediar aqueles que surgem. Além disso, a responsabilidade pela garantia da boa convivência na escola está relegada aos mediadores. Muitas vezes a solução sugerida pelo mediador pode não ser claramente compreendida pelos envolvidos no conflito. Um último ponto de limitação reside na não participação da comunidade no processo. Mais uma vez, familiares e comunidade escolar continuam à margem do processo de prevenção e de resolução de possíveis conflitos.

Modelo Dialógico

No Modelo Dialógico, também chamado por alguns autores de modelo comunitário (CAPLLONCH BUJOSA, FIGUERAS COMAS, LLEIXÀ ARRIBAS, 2014), toda a comunidade escolar é envolvida no processo de busca das possíveis causas de conflitos a fim de evitá-los, na criação do sistema de regras e também na resolução de possíveis conflitos que surjam.

Se trata, em definitivo, de criar um clima de colaboração e de reconhecimento mútuo em que as pessoas não se sintam julgadas a priori e em que as normas, o funcionamento da escola e a forma de resolver os conflitos sejam decididos conjuntamente por todos os agentes implicados. (AUBERT, et al., 2004, p.69 apud CAPLLONCH BUJOSA, FIGUERAS COMAS, LLEIXÀ ARRIBAS, 2014)

Percebe-se então que nesse modelo a responsabilidade de garantir a boa convivência não é relegada às figuras de poder da escola ou a um profissional especialista em mediar conflitos. Ela é tarefa de todos os atores do ambiente escolar.

Esse modelo de prevenção e de resolução de conflitos exige uma organização própria. É necessário que a escola seja aberta à comunidade e que todos os agentes educativos tenham espaço para o diálogo (estudantes, professores, funcionários, família, comunidade e gestão). As escolas que adotaram o projeto Comunidade de Aprendizagem são exemplos de organizações educacionais com essas características:

São centros educativos que desenvolvem um projeto de transformação social e cultural do centro e de seu entorno para conseguir uma sociedade da informação para todas as pessoas, baseada na aprendizagem dialógica, mediante uma educação participativa da comunidade, que se concretiza em todos seus espaços, incluso a aula. (Valls, 2000, p.8)

No Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos deve-se oportunizar espaço para o diálogo entre todos. Isso pode ser feito através de assembleias e reuniões, e deve preferencialmente ser organizado e mediado pelos membros das comissões mistas da Comunidade de Aprendizagem, por já atuarem numa prática cotidiana de forma participativa, colaborativa e dialógica. Nesses espaços todos têm a oportunidade de opinar, perguntar e contribuir com reflexões e, dessa forma, as regras ou o regulamento da escola são construídos coletivamente. Mas para que essas regras de fato sejam respeitadas, são necessárias algumas condições:

- 1- Que tenham relação direta com um tema importante na vida das pessoas da comunidade escolar;
- 2- Que tenham o apoio verbal de todos aqueles que participam da construção da regra;
- 3- Que sejam regras que frequentemente venham sendo quebradas na escola;
- 4- Que respondam a um comportamento possível de ser eliminado;
- 5- Que, com a superação do conflito, a comunidade dê exemplo à

sociedade e a toda comunidade escolar.

Essas condições são fundamentais para um sistema de normas que de fato atenda às necessidades da comunidade escolar e tenha sentido para todos. Isso facilita a adesão de todos e o processo de transformação das situações de conflito.

Cabe ressaltar que uma vez que a escola se encontre em processo de transformação em Comunidade de Aprendizagem, o processo de transição do modelo de prevenção e de resolução de conflitos vigente para o Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos é paulatino. As regras que existem na escola passam inicialmente a ser discutidas por todos, de forma democrática, para que se perceba quais delas ainda fazem sentido, quais devem ser reforçadas, quais abolidas e quais as novas necessidades. A partir disso, a comunidade escolar vai apropriando-se do processo de construção das regras, e esse processo promove o engajamento de todos no processo não só de construção, como também no de manutenção destas, garantindo dessa forma que todos se sintam responsáveis pela prevenção dos conflitos.

Discussão / Conclusão

As escolas brasileiras que passam atualmente pelo processo de transformação e aquelas já convertidas em Comunidade de Aprendizagem mostram-se, pois, como espaços férteis para a adoção desse modelo de prevenção e de resolução de conflitos. Mas por que isso ainda não acontece de forma consistente? Por que é tão comum ver que as escolas adotam e desenvolvem tão significativamente outras atuações educativas de êxito, a exemplo dos Grupos Interativos ou Tertúlias Literárias, e o Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos ainda é tão pouco visto?

Algumas hipóteses podem ser levantadas.

Talvez por conta da tensão gerada pelas situações de conflito, as escolas tenham dificuldade em lidar com elas.

Outra hipótese é que talvez a ausência de literatura produzida no Brasil sobre o tema dificulte o entendimento dessa atuação educativa de êxito. O pouco conhecimento poderia gerar um raso interesse pela sua implementação.

E, por último, percebe-se que há pouca afinidade dos formadores brasileiros pelo tema. Afinal, para estimular a adoção desse modelo é necessário que estejamos dispostos em nos embrenharmos nas situações conflitivas a fim de tentarmos resolvê-las e preveni-las. Sem essa disponibilidade, é muito pouco provável que estimulemos a implementação dessa atuação educativa de êxito.

Todas essas questões ainda estão sem respostas. É necessário que nos debrucemos sobre essa problemática a fim de encontrarmos suas respostas. Os conflitos brotam cotidianamente nas escolas acompanhadas por nós. Promover a adoção de um modelo para resolução que coadune com os princípios do projeto Comunidade de

Aprendizagem é papel nosso. Ajudar na construção de um ambiente seguro e livre de conflitos para meninos e meninas também é tarefa nossa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CAPLLONCH BUJOSA, Marta, FIGUERAS COMAS, Sara, LLEIXÀ ARRIBAS, Teresa. Prevención y resolución de conflictos en educación física: estado de la cuestión: RETOS. Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación [online] 2014, (Enero-Junio):

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=345732291031>> ISSN 1579-1726 (Acesso em 17 de outubro de 2015)

NASCIMENTO, Eunice Maria; SAYED, Kassem Mohamed El. Gestão do Capital Humano - Administração de Conflitos. São Paulo, Gazeta do Povo, 2002.

AUBERT, Adriana; FLECHA, Ramón; GARCÍA, Carme; FLECHA, Ainhoa; RANCIONERO, Sandra. Aprendizaje Dialogico em La Sociedad de La Informacion. Barcelona, Hipatia Editorial, 2010.

<http://www.comunidadedeaprendizagem.com/material-biblioteca/11/Caderno-Modelo-Dialogico-de-Resolucao-de-Conflitos>. (Acesso em 17 de outubro de 2015)



Comunidade de
Aprendizagem

Reflexões sobre a prevenção e a resolução da violência e dos conflitos nas escolas

Ricardo Paim

Resumo

Elaborei este trabalho com o intuito de oferecer maior variedade de subsídios a partir de uma bibliografia preponderantemente brasileira que, conversando com o projeto de Comunidade de Aprendizagem, nos ajude no propósito de prevenir e resolver as situações de violência e conflito nas escolas.

Desenvolvimento do trabalho

Antes de pensarmos formas de prevenir e atuar sobre a violência e/ou os conflitos na escola, nossa meta final, precisamos conceituar e refletir um pouco sobre a existência desses fenômenos.

Segundo o dicionário Aurélio, “violência” é coação, constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; e “conflito” é altercação, desordem, embate, luta, debate, oposição, choque. O professor Álvaro Chrispino, do CEFET/RJ¹, define conflito como “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito”.

Segundo o educador francês residente no Brasil Bernard Charlot, a violência na escola pode ser classificada em três níveis: a) Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos; b) Incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; c) Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer; que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Ou ainda ser caracterizada como violência na escola, violência à escola e violência da escola.

Como vimos, o conflito e/ou a violência estão intrinsecamente ligados à nossa condição de humanidade e podem representar uma oportunidade para a construção do diálogo e da cooperação. Segundo o trabalho de pesquisa dos pedagogos André Luis Silva Batista e Raimunda Cid Timbó, com o título de “Mediação de Conflitos entre Alunos e Professores na Escola Comum”,

1. Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da
Fonseca – RJ

O conflito seja ele na escola, nas ruas ou em qualquer outra instituição, é algo natural no convívio do ser humano, pois, as rotinas, o dia a dia, e considerando cada indivíduo como um ser único, com expectativas e visão de mundo diferente uns dos outros, o desacordo pode se tornar até imprescindível para se buscar estratégias diferentes, gerar pesquisa, conhecimento, obviamente buscar estratégias diferentes, gerar pesquisa, conhecimento, obviamente guardando as devidas proporções, pois esse pode ainda ter outra conotação de violência, de intolerância, sobretudo dentro da escola.

Na escola o conflito/violência pode ser concebido não só como utilização da força, intimidação, mas também como fenômeno sociocultural e simbólico. Assim, não deve ser entendido apenas como um fenômeno juvenil, pois expressa 3 conjuntos de variáveis independentes que se interpenetram: o institucional (escola e família); o social (sexo, cor, origem socioespacial, emprego, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico); e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões).

A escola configura-se como o principal espaço público no qual, cotidianamente, cada aluno relaciona-se com seus pares. Nesse sentido, podemos admitir que seja o espaço ideal para a criação de um ambiente que permita que alunos e alunas, enquanto vivenciam os conflitos presentes em suas relações, possam conscientizar-se deles sendo constante e progressivamente levados a refletir sobre as situações e a responsabilizar-se pelas consequências de suas ações. Torna-se necessário, portanto, que seja uma intenção da escola propiciar oportunidades para que os alunos experimentem exercer um papel mais ativo, no sentido de criarem e questionarem as regras que regem diariamente a convivência e, a partir disso, tomarem decisões. Caso contrário, estaríamos educando-os para que cumprissem as regras preestabelecidas apenas por obediência, o que, segundo Yves de La Talle, significaria que: “obedecemos porque não temos escolha, assim como levantamos as mãos se um ladrão nos ameaça com sua arma: obedecemos, mas não respeitamos. Em resumo, nas relações baseadas no exercício da força há hierarquia, certamente legitimada por parte de quem detém o poder, mas não legitimada por parte de quem é obrigado a obedecer.”

Uma educação para a obediência está em desacordo com uma educação que prima pelo desenvolvimento da autonomia. Devemos trabalhar para que os alunos passem a cumprir as regras na medida em que compreendam a sua necessidade e os princípios que as regem e conforme vejam sentido nelas.

Para resolver um conflito de maneira satisfatória é preciso tentar descentrar-se do próprio ponto de vista para contemplar simultaneamente outro ou outros pontos de vista diferentes e, às vezes, opostos, e elaborar fusões criativas entre todos eles.

Os conflitos/violências que ocorrem com e entre todos os componentes das escolas podem ser motivados por uma imensa quantidade de fatores. A Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, criada pela ONU, apresenta uma série deles: rivalidade entre grupos, disputa de poder, discriminação e intolerância com diferenças, busca de afirmação pessoal, resistência às regras, desentendimentos e brigas, bullying, conflitos de interesses, namoros, perdas e danos de bens escolares, assédios, uso de espaços e bens, falta de processos para construção de consensos, necessidade de mudanças, busca por novas experiências, reações a manifestações de injustiças, ensino de má qualidade, autoritarismo.

Se a construção da moralidade se dá a partir da interação com as pessoas e com as situações, acredito que serão a partir das várias situações de desavenças — com a intervenção e a orientação adequadas do educador e preferencialmente também dos pais — que os alunos poderão substituir gradativamente a imposição e as regras agressivas pelo diálogo cooperativo como procedimento predominante no processo de prevenção e resolução de conflitos.

É fundamental a escola propiciar aos educandos outras representações e experiências: esse é o papel de humanização da cultura. Se o cotidiano do aluno é perpassado de alienação e de violência e na escola encontra algo semelhante, a possibilidade de uma significativa mudança de comportamento é muito pequena. Se, ao contrário, tiver oportunidade de vivenciar práticas de solidariedade, de cooperação, de produção, de autoria, de esperança, de construção, de crítica,

descoberta, poesia, alegria — de diálogo —, verá mais sentido e sentirá que vale a pena ir para a escola!

Nesta introdução apresentei algumas hipóteses e/ou situações em que as ideias de autonomia, diálogo e participação da comunidade aparecem como fundamentais. Todas elas conversam com o projeto Comunidade de Aprendizagem e estão presentes na atuação “Modelo Dialógico de Prevenção e Resolução de Conflitos”. Assim, reconhecemos o diálogo como peça essencial para a transformação das pessoas e da sociedade. Entretanto, o significado de diálogo, embora com a mesma raiz, é utilizado de diferentes maneiras. O diálogo ao qual estamos nos referindo é aquele em que os participantes — independentemente de sua origem social, idade, sexo, função hierárquica, conhecimento acadêmico — possuem igual possibilidade de serem considerados. Chamamos de Diálogo Iguatário ou Horizontal, em que a força está na qualidade dos argumentos. É imprescindível o exercício da discussão, da reflexão e da cooperação para a solução de conflitos. Todas as formas pacíficas de solução de problemas e conflitos precisam necessariamente do diálogo. Embora se desenvolva a partir de pontos de vista diferentes, o verdadeiro diálogo supõe um clima de boa vontade e compreensão recíprocas.

A gestão de uma escola envolve um processo contínuo de tomada de decisões por professores, pais, alunos, funcionários, gestão e pela comunidade em geral. Democracia na escola significa decisões compartilhadas: diálogo.

A prevenção de conflitos na escola depende sempre de uma multiplicidade de fatores. Um deles é afastar-se de práticas punitivas aproximando-se das consensuais e restaurativas. Corroborando essa ideia, transcrevo as palavras do Prof. Dr. Celso dos Santos Vasconcellos em seu livro *Indisciplina e Disciplina Escolar - Fundamentos para o Trabalho Docente*, capítulo V, “O Professor e as Situações de Conflito”:

Partir logo para saídas formais (aplicação do regimento: advertência verbal, por escrito, suspensão) normalmente não dá bons resultados. São comuns as ações disciplinares das escolas já começarem com as “advertências”; o que isso significa? Parece que estamos num campo conceitual comportamentalista; ou seja, entende-se que o

sujeito teve um comportamento inadequado porque não “ouviu” direito, então é advertido e assim fará o que é correto. Na prática, o sujeito pode até ter um comportamento mais enquadrado, porém muito mais em razão do medo de nova advertência do que de uma tomada de consciência. Aliás, o fundamento das punições da escola parece encontrar-se aqui, na teoria comportamentalista de homem, baseado no prêmio e castigo. Se estamos pautados numa concepção humanista, o diálogo é o caminho mais coerente.

Existe uma íntima relação entre o diálogo e a autonomia, pois, enquanto estratégia reflexiva, favorece o desenvolvimento da reversibilidade, isto é, a capacidade de se colocar no lugar do outro. Essa é uma das características do pensamento autônomo.

A escola só ajudará na promoção da autonomia dos alunos na medida em que propiciar a participação deles no processo pedagógico. Ninguém participa com entusiasmo de um projeto que não ajudou a construir. Assim, é importante que a escola incentive trabalhos coletivos, nos quais, além dos resultados acadêmicos alcançados, se reforcem os vínculos sociais, fazendo da escola um lugar realmente de todos os cidadãos.

Aristóteles, no século IV a.C., já dizia que o homem é um “animal social”, portanto temos necessidade de nos comunicarmos, e nos tornamos mais fortes quando unidos por uma causa qualquer. E mais ainda quando o conjunto unido é formado por pessoas diferentes, uma vez que as diferentes opiniões nos fazem refletir mais, pensar possibilidades que ainda não havíamos cogitado, aprender mais e melhor. Tentando dar mais solidez à argumentação acima, transcrevo o que diz a Profa Vera Moreira no capítulo V do livro Violência Nota Zero:

O lado obscuro de uma comunidade é a panelinha, ou mesmo uma seita que ocorre quando as pessoas se ligam a outras iguais a elas e com quem concordam em quase tudo. A diversidade faz com que possamos entrar em contato com visões diferentes das nossas e dá margem ao surgimento da inteligência coletiva, que é maior do que a soma das inteligências individuais envolvidas na questão, possibilitando a inovação social. Os problemas sistêmicos exigem soluções coletivas, porque um sistema é perfeitamente desenhado

para produzir o que vem produzindo, e se continuarmos a ter o mesmo tipo de ação, obteremos os mesmos resultados. (...) Uma das ferramentas usadas para a exploração de problemas complexos, desde Platão na Antiguidade até o físico David Bohm na atualidade, é o Diálogo. O diálogo é muito mais do que uma simples conversa ou discussão, é a suspensão temporária de todas as nossas convicções a respeito de um determinado tema para podermos realmente ouvir como outras pessoas percebem esse problema.

O conjunto de atores ligados ao problema da violência/conflito e de sua prevenção e resolução, assim como à educação de forma abrangente, são os alunos, professores, funcionários, gestão, pais e a comunidade circundante à escola, de modo que a equipe responsável por esse conjunto deve também ser diversificada, envolvendo não somente a coordenação pedagógica e os professores como também outros funcionários, pais e representantes dos alunos. É claro que a diversidade de personagens numa mesma reunião demanda a habilidade de todos em valorizar as diferentes perspectivas de vida e funções, além de uma atitude não autoritária nem orgulhosa, de forma que a opinião da faxineira da escola deva ser considerada e valorizada tanto quanto a do diretor ou diretora; e a consideração do aluno seja escutada e levada a sério tanto quanto a do professor.

Tendo considerado todos esses aspectos, volto ao projeto da Comunidade de Aprendizagem como forma adequada de brindar todos eles através das atuações de êxito, uma vez que elas encerram em seu âmago a proposta da interação como caminho para a prevenção e a resolução dos conflitos e da violência, não somente na escola, mas envolvendo toda a comunidade.

Considero o aspecto afetivo na relação ensino/aprendizagem como decisivo, e finalizando minhas reflexões transcrevo a fala do educador Celso dos Santos Vasconcellos, que vai ao encontro do princípio “Dimensão Instrumental”:

De modo geral, enfatiza-se muito a influência do afetivo no cognitivo; todavia, se resgatarmos (com Wallon, por exemplo) o caráter dialético dessa relação, poderemos compreender a contribuição do cognitivo

para o afetivo: a experiência de aprendizagem do aluno traz alegria, fortalece sua autoestima, possibilita relacionamentos no interior do grupo-classe, gerando maior competência para enfrentar sua (dura) realidade. De outra feita, o trabalho pedagógico bem encaminhado favorece a disciplina intrínseca ao processo de conhecimento: atenção, ouvir o outro, seguir certos passos, etc. Por meio do trabalho com o conhecimento, podemos dar nossa contribuição mais específica para a construção da disciplina e para a formação global do educando.

BIBLIOGRAFIA

- VIOLÊNCIA NOTA ZERO – Lúcia C.A. Williams e Ana C. Stelko-Pereira (organizadoras) – EDUFSCAR – São Carlos – SP – 2013.
- VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: EM BUSCA DE NOVOS OLHARES – Vilmar Malacame, Adrian A. Estrada, Carmen C. B. C. Bastos e Tânia M. R. Schroeder (organizadores) – Editora CRV – Curitiba – PR – 2014.
- INDISCIPLINA E DISCIPLINA ESCOLAR: FUNDAMENTOS PARA O TRABALHO DOCENTE – Celso dos Santos Vasconcellos – Cortez Editora – São Paulo – SP – 2009.
- CONFLITOS NO LAR E NA ESCOLA – Lauro de Oliveira Lima – Vozes – 1971.
- DISCIPLINA: LIMITE NA MEDIDA CERTA – Içami Tiba – Editora Gente – São Paulo – SP – 1996.
- MODELO DIALÓGICO DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS – Comunidade de Aprendizagem – Instituto Natura.
- EL AMOR EN LA SOCIEDAD DEL RIESGO – Jesus Gómez – Hipatia - Barcelona.
- RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA: UM DESAFIO PARA O EDUCADOR - Sônia M. P. Vidigali e Aluani T. de Oliveira – Estudos sobre Educação – UNESP/UNICAMP/USP – Presidente Prudente – SP – 2013.
- DIÁLOGOS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA : GUIA PRÁTICO PARA EDUCADORES – Conselho Nacional do Ministério Público – 2014.
- VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS – Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua – UNESCO – 2003.